

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Ainda sob o impacto da grande crise fiscal brasileira iniciada em 2015, e que teve seu momento mais agudo em 2016, as dificuldades ainda continuam muito próximas no retrovisor. Refletindo a situação vivida pelo País, o IPT enfrentou desafios importantes neste período. Numa comparação do faturamento alcançado em 2017, de 79,5 milhões de reais, com o de 2018, na marca de 85 milhões de reais, percebe-se, descontada a inflação no período, um 'empate técnico'. Assim, os dados de 2018 revelam uma situação de recuperação dos negócios do Instituto e a expectativa, baseada nas projeções para 2019, é que o impacto positivo seja gradativamente ascendente. Todo o empenho das equipes do IPT está orientado nesta direção. Em 2018, o IPT conseguiu seu melhor resultado em contratos assinados desde que este indicador passou a ser mensurado em 2013. Foram R\$ 110 milhões, o que representa 48% de aumento em relação a 2017, dos quais R\$ 71

milhões são em projetos com a iniciativa privada e 66% do total desses contratos são para projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I). A quantidade de propostas emitidas ao mercado também reflete o positivo ano de 2018 para o IPT: R\$ 331 milhões, representando 5% de aumento em relação a 2017.

A capacitação humana e laboratorial do IPT nas diversas áreas de atuação técnica permitiu o atendimento de 2.978 empresas de todos os portes ao longo do ano. Resultaram da atividade do Instituto 20.592 documentos técnicos emitidos entre certificados de calibração, de conformidade e de matérias de referência, além de pareceres técnicos, referências técnicas e relatórios de atendimento tecnológico, entre outros. Também foram depositados seis patentes e dois registros de *software*.

Parte da produção científica e tecnológica do corpo técnico do IPT, em 2018, resultou em 384 trabalhos nacionais e internacionais publicados.

Foram artigos de periódicos e de eventos veiculados em publicações especializadas. Ainda como parte do esforço pela valorização da pesquisa e qualificação profissional, quatro pesquisadores do IPT participaram do Programa de Desenvolvimento e Capacitação no Exterior (PDCE), em instituições de pesquisa na Austrália, Portugal e Suécia. Estes pesquisadores, juntamente com aqueles formados desde 2008, alcançam a expressiva marca de 63 profissionais com especialização obtida no exterior em diversas áreas técnicas de interesse para a instituição.

Do ponto de vista do faturamento o Instituto estabilizou-se. Diante da boa receptividade do mercado às diretrizes propostas pelo novo governo pode-se antecipar o início de um período de recuperação ao longo de 2019, estabelecendo as bases para uma operação mais sustentável nos próximos três anos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em Milhares de Reais)

ATIVO	N.E.	2018	2017	PASSIVO	N.E.	2018	2017
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	14.519	9.732	Fornecedores		3.289	4.124
Aplicações financeiras créditos vinculados	4	11.818	21.102	Salários a pagar e encargos a recolher		5.712	5.646
Contas a receber	5	8.889	8.395	Impostos e contribuições a recolher	9	3.053	3.135
Adiantamentos a colaboradores e terceiros		682	841	Adiantamento de clientes	11	1.437	2.156
Impostos antecipados e a recuperar	6	8.149	9.645	Obrigações a pagar - férias e encargos		11.801	12.547
Estoques		235	246	Parcelamentos fiscais	9	5.660	7.438
Despesas pagas antecipadamente		126	1.047	Subvenções governamentais -			
Depósitos compulsórios		133	482	Agências de Fomento	12	12.827	17.049
Outros valores a receber		69	109	Outras obrigações		179	137
Total do Ativo Circulante		44.620	51.599	Total do Passivo Circulante		43.958	52.232
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo		328	422	Parcelamentos fiscais	13	14.796	19.232
Imobilizado	7	180.515	191.066	Outras exigibilidades - Receita de			
Intangível	8	493	788	Doação - Agências de Fomento	14	41.922	43.409
Total do Ativo não Circulante		181.336	192.276	Provisão para riscos fiscais,			
				trabalhistas e cíveis	15	11.718	8.335
				Total do Passivo não Circulante		68.436	70.976
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16		
				Capital social		286.229	286.178
				Reservas de capital		9.382	9.382
				Reservas de lucros		264	264
				Recurso para aumento de capital		139	51
				Prejuízos acumulados		(182.452)	(175.208)
				Total do Patrimônio Líquido		113.562	120.667
TOTAL DO ATIVO		225.956	243.875	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		225.956	243.875

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de lucros Legal	Reserva de lucros Incentivos Fiscais	Recurso para Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	284.768	9.382	-	264	1.409	(154.868)	140.956
Aumento de capital	1.409	-	-	-	(1.409)	-	-
Recurso para aumento de capital	-	-	-	-	51	-	51
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(12.192)	(12.192)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(8.148)	(8.148)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	286.177	9.382	-	264	51	(175.208)	120.667
Aumento de capital	51	-	-	-	(51)	-	-
Recurso para aumento de capital	-	-	-	-	139	-	139
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(7.244)	(7.244)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	286.229	9.382	-	264	139	(182.452)	113.562

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Em Milhares de Reais - R\$

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT tem por objetivo atender a demanda de ciência e tecnologia dos setores público e privado, no seu campo de atuação, bem como contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, cabendo-lhe entre outras atividades: (a) executar projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico; (b) dar apoio técnico ao desenvolvimento da engenharia e da indústria; (c) formar e desenvolver equipes de pesquisa, capazes de contribuir para o equacionamento e a solução dos problemas de tecnologia industrial do Estado e do País; (d) colaborar em programas de especialização de técnicos diplomados pela Universidade de São Paulo, e por outras instituições de ensino superior em áreas de interesse da ciência e da tecnologia; (e) celebrar convênios ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras; (f) prestar serviços a órgãos e entidades do setor público e privado; (g) explorar, direta ou indiretamente, os resultados das pesquisas realizadas; (h) requerer o registro de patentes; (i) ceder o uso de patentes e de outros direitos; (j) editar e publicar trabalhos técnicos, na forma de boletins, revistas e livros.

Para o desenvolvimento desses objetivos e para manter suas operações, o IPT recebe dotações orçamentárias do Governo do Estado de São Paulo e subvenções governamentais de agências de fomento.

O IPT é um instituto vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo e há mais de cem anos colabora para o processo de desenvolvimento do País.

O IPT, vem buscando constantemente o uso racional dos recursos de que dispõe, aliando métodos de administração a uma configuração organizacional que reflita suas possibilidades e as finalidades legais a que está adstrita. Neste sentido, em decorrência da Lei federal nº 13.303/16, a Administração aprovou no exercício de 2018, a proposta para o resgate da totalidade das ações de titularidade de acionistas minoritários privados, calculados em consonância com os termos do parágrafo 1º do artigo 91 da Lei federal nº 13.303/16. Com essa operação societária, a Companhia deixou de ser uma sociedade de economia mista e transformou-se em uma sociedade por ações de capital fechado com a natureza jurídica de empresa pública.

Considerado um dos maiores institutos de pesquisas tecnológicas do Brasil, o IPT acumula conhecimento voltado para o desenvolvimento do patrimônio científico e tecnológico da nação. Do apoio à construção civil à atuação em bionanotecnologia, o IPT conta com laboratórios capacitados e equipe de pesquisadores e técnicos altamente qualificados e oferece ensaios, calibrações, soluções tecnológicas, pesquisa, desenvolvimento e inovação a clientes públicos e privados de diversos segmentos, ampliando assim a competitividade das empresas e promovendo maior qualidade de vida às pessoas.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis preparadas pelo IPT estão em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 13.303/16. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo, e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 - Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07 e nº 11.941/09, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações contábeis

foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração do IPT no processo de aplicação das políticas contábeis não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

2.2 - Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional do IPT e também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 - Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

2.4 - Aplicações financeiras - Créditos vinculados

Aplicações financeiras de liquidez imediata, dos recursos recebidos das Agências de Fomento, estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.5 - Instrumentos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado** - São ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Receitas Financeiras" no período em que ocorrem. Os rendimentos das aplicações financeiras relativos aos créditos vinculados são registrados em conta de "Subvenções Governamentais-Agências de Fomento" **Recebíveis** - Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço, classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis do Instituto compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos.

2.6 - Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades do IPT, registradas pelo valor faturado, diminuído, depois de esgotados os recursos administrativos de cobrança, das Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa.

O IPT constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do "contas a receber" e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrerem perdas adicionais significativas. Nota explicativa nº 5.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

E DE 2017 (Em Milhares de Reais)

	N.E.	2018	2017
Receita de serviços e produtos		68.664	62.965
Subvenção econômica - GESP		89.764	87.317
Subvenção econômica - Fomento		16.199	16.557
Receita de doação de bens - Fomento	14	7.103	5.854
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		181.730	172.693
Impostos incidentes sobre vendas e serviços prestados		(9.277)	(8.528)
Devoluções e cancelamentos		(163)	(194)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		172.290	163.971
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos		(127.144)	(126.410)
LUCRO BRUTO		45.146	37.561
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas		(36.730)	(34.718)
Honorários conselho de administração e fiscal		(1.289)	(1.104)
Serviços de terceiros		(9.107)	(7.155)
Depreciações e amortizações		(1.613)	(1.679)
Provisões diversas		(4.871)	(2.943)
Outras (despesas) e outras receitas operacionais, líquidas		1.635	943
		(51.975)	(46.656)

RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS

RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS (6.829) (9.095)

Receitas financeiras 1.737 2.632

Despesas financeiras (2.152) (1.685)

RESULTADO ANTES DO IMPOSTO

DE RENDA E DA

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (7.244) (8.148)

Imposto de renda e contribuição social - -

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (7.244) (8.148)

As notas explicativas são parte integrante

destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

E DE 2017 (Em Milhares de Reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2018	2017
Lucro/Prejuízo do Exercício	(7.244)	(8.148)
Despesas (Receitas) que não Afetam o Caixa:		
Depreciação/Amortização	20.362	19.442
Baixas do Ativo Imobilizado	1.445	23
Provisões	-	11
Subtotal	14.563	11.328
Variações no Ativo Circulante		
(Aumento) Redução de Ativos		
Aplicações financeiras vinculadas	9.284	(4.230)
Contas a receber	(494)	(329)
Adiantamentos a colaboradores e terceiros	159	(1.821)
Impostos antecipados e a recuperar	1.496	(535)
Estoques	11	7
Despesas pagas antecipadamente	921	917
Depósitos compulsórios	349	133
Outros valores a receber	40	95
Subtotal	11.766	(5.763)
Variações no Passivo Circulante		
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(835)	943
Salários a pagar e encargos a recolher	66	343
Impostos e contribuições a recolher	(83)	(3.499)
Provisão para imposto de renda e CSLL	-	-
Adiantamento de clientes	(719)	376
Obrigações a pagar - férias e encargos	(746)	(470)
Parcelamentos fiscais	(1.777)	2.208
Subvenções governamentais -		
agências de fomento	(4.222)	(3.844)
Outras obrigações	42	(86)
Subtotal	(8.274)	(4.029)
Total das Atividades Operacionais	18.055	1.536
Atividades de Investimento		
Redução do realizável a longo prazo	95	(37)
Aquisição de bens do imobilizado	(2.721)	(1.252)
Doações recebidas em bens	(10.637)	(20.303)
(-) Depreciação de doações recebidas em bens	2.514	10.008
Adição de intangível	(67)	(106)
Total das Atividades de Investimento	(10.816)	(11.690)
Atividades de Financiamento		
Parcelamentos	(4.436)	9.874
Outras exigibilidades	(1.487)	3.520
Recurso para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	3.383	(2.357)
Recurso para aumento de capital	88	51
Total das Atividades de Financiamento	(2.452)	11.088
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES	4.787	934
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	9.732	8.798
No final do exercício	14.519	9.732
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES	4.787	934

As notas explicativas são parte integrante

destas demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Em Milhares de Reais - R\$

2.7 - Estoques e demais ativos circulantes

Os estoques, representados substancialmente por materiais laboratoriais, produtos químicos e de proteção individual, foram registrados pelo seu valor de aquisição, deduzidos quando aplicável, por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização. Os demais ativos circulantes estão demonstrados ao valor de custo ou de realização.

2.8 - Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo de aquisição inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada e contabilizada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, as taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, demonstradas na nota explicativa nº 7, não considerando o valor residual.

2.9 - Intangível

Estão representados por marcas e patentes e licenças de uso de softwares adquiridas, que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo do software para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos.

As marcas e patentes por não terem vida útil definida estão sendo amortizadas no período de dez anos. Nota explicativa nº 8

2.10 - Provisão para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando há indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo é testado. Quando há perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

2.11 - Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidos ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano após a data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.12 - Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável das perdas, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados. Para fins de demonstrações estão apresentadas líquidas dos depósitos judiciais correlacionados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 15.

2.13 - Parcelamentos fiscais

Atualizado pelas variações monetárias e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, conforme previsto contratualmente e demonstrados na nota explicativa nº 13.

2.14 - Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda, e 9%, sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real conforme nota explicativa nº 10.

2.15 - Demais passivos circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas.

2.16 - Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor faturado pelos serviços prestados e vendas de produtos, e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

As subvenções recebidas do Governo do Estado de São Paulo para custeio são reconhecidas no momento de seu recebimento.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Caixa	103	99
Bancos conta movimento	105	198
Aplicações financeiras	14.311	9.435
	14.519	9.732
Aplicações financeiras		
Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM	9.536	4.993
Fundos de investimento em renda fixa	4.775	4.442
	14.311	9.435

Os recursos aplicados no SIAFEM são oriundos de recebimentos de clientes que operam nesse mesmo sistema e são remunerados em aproximadamente 95% da taxa SELIC.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a cotas de fundo de investimento junto ao Banco do Brasil com rendimento aproximado de 6,4% ao ano.

Os rendimentos auferidos no exercício por conta dessas aplicações financeiras são de: R\$815 em 2018 (R\$1.549 em 2017).

4. CONTAS CORRENTES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CRÉDITOS VINCULADOS

	2018	2017
Aplicações financeiras vinculadas	11.818	21.102
	11.818	21.102

Referem-se a contas correntes bancárias e aplicações financeiras em fundo de investimentos. Esses recursos são disponibilizados a título de Subvenção Governamental por Agências de Fomento para financiamento de projetos específicos não caracterizados como prestações de serviço.

Os rendimentos auferidos no exercício por conta dessas aplicações financeiras, são incorporados aos recursos disponibilizados pelas agências de fomento, classificados na rubrica "Subvenções Governamentais - Agência de Fomento", e permanecem vinculados para a realização dos respectivos projetos, não constituindo, portanto receita financeira do IPT.

5. CONTAS A RECEBER

	2018	2017
Contas a receber	9.656	9.265
Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	(767)	(870)
	8.889	8.395

Não ocorreram movimentações significativas nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a abertura de contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	2018	2017
A vencer	7.938	7.528
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	929	751
De 31 a 60 dias	13	96
De 61 a 90 dias	1	25
De 91 a 180 dias	40	65
Há mais de 180 dias	735	800
	1.718	1.737
	9.656	9.265

Apesar do montante de vencidos há mais de 61 dias somarem R\$ 776, as perdas estimadas provisionadas são de R\$ 767 porque o critério para sua constituição, ocorre somente após esgotarem-se todos os recursos administrativos de cobrança.

6. IMPOSTOS ANTECIPADOS A RECUPERAR

	2018	2017
COFINS a Compensar	562	401
PASEP a Compensar	158	124
Contribuição Social a Compensar	1.942	1.909
Imposto de Renda a Compensar	4.143	5.605
IRRF sobre Aplicações Financeiras	225	556
IRRF a Compensar	1.030	962
ISS a Recuperar	39	38
INSS a Compensar	50	50
	8.149	9.645

Os saldos de impostos e contribuições a compensar compreendem os montantes desembolsados a título de antecipações de impostos e contribuições e/ou retidos de clientes, efetuados de acordo com a legislação fiscal vigente.

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

	Saldo em 31/12/2017	Acréscimos/Transferências	Compensações	Saldo em 31/12/2018
COFINS a Compensar	401	1.197	(1.036)	562
PASEP a Compensar	124	259	(225)	158
Contribuição Social a Compensar	1.909	399	(366)	1.942
Imposto de Renda a Compensar	5.605	2.215	(3.677)	4.143
IRRF sobre Aplicações Financeiras	556	(331)	-	225
IRRF a Compensar	962	68	-	1.030
ISS a Recuperar	38	1	-	39
INSS a Compensar	50	-	-	50
	9.645	3.808	(5.304)	8.149

7. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	Taxa Anual de Depreciação	Custo	Depreciação	2018 Líquido	2017 Líquido
Terrenos	-	37.283	-	37.283	37.283
Edifícios e benfeitorias	4%	92.700	(40.849)	51.851	54.422
Máquinas e equipamentos	10%	168.709	(115.731)	52.978	64.481
Instalações	10%	17.406	(12.050)	5.356	6.363
Equipamentos de T.I.	20%	12.155	(10.030)	2.125	2.357
Instrumentos diversos	10%	375	(346)	29	36
Veículos	20%	3.480	(3.054)	426	716
Móveis e utensílios	10%	8.242	(5.349)	2.893	3.474
Outras imobilizações		28.042	(6.106)	21.936	20.825
Imobilizado em andamento		5.728	-	5.728	1.117
Total		374.120	(193.515)	180.605	191.074
Redução ao valor recuperável		(90)	-	(90)	(8)
Total do Imobilizado		374.030	(193.515)	180.515	191.066

b) A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é demonstrada da seguinte forma:

Descrição	31/12/2017	Adições	Doações-Fomento	Baixas	Transferências	31/12/2018
Terrenos	37.283	-	-	-	-	37.283
Edifícios	92.700	-	-	-	-	92.700
Máquinas e equipamentos	166.085	13	1.713	(184)	1.082	168.709
Instalações	17.255	-	116	(8)	43	17.406
Equipamentos de T.I.	11.514	87	537	(139)	156	12.155
Instrumentos diversos	375	-	-	-	-	375
Veículos	3.480	-	-	-	-	3.480
Móveis e utensílios	7.931	-	215	(7)	103	8.242
Outras imobilizações	24.805	-	2.822	-	415	28.042
Imobilizações em andamento	1.117	2.621	5.235	(1.445)	(1.800)	5.728
Impairment	(8)	(90)	-	8	-	(90)
Total	362.537	2.631	10.638	(1.775)	(1)	374.030

8. INTANGÍVEL

	Taxa Anual de Amortização	Custo	Amortização	2018 Líquido	2017 Líquido
Marcas e Patentes	10%	605	(513)	92	133
Licença de uso de softwares	20%	3.404	(3.003)	401	655
Total do Intangível		4.009	(3.516)	493	788

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2018	2017
ISS	298	355
PASEP e COFINS	578	613
IRRF - Terceiros e Funcionários	2.028	2.020
COFINS - Retenção	72	72
PASEP - Retenção	16	16
IPTU	-	-
Outros	61	59
Total de Impostos e Contribuições a recolher	3.053	3.135
Parcelamentos Fiscais - Municipal - P.P.I.	5.660	7.438
	8.713	10.573

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas de imposto de renda e contribuição social, apropriadas ao resultado do exercício podem ser demonstradas como segue:

	2018	2017
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(7.244)	(8.148)

A legislação tributária vigente no Brasil não estabelece prazo para compensação dos prejuízos fiscais auferidos em anos anteriores, porém limita sua utilização em 30% do imposto de renda devido no exercício. Também determina que as provisões temporariamente indedutíveis devam ser adicionadas na apuração do lucro real para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício.

Em 31 de dezembro de 2018, o IPT possui prejuízos fiscais acumulados de R\$ 153.298 e base negativa de R\$ 130.074, respectivamente R\$ 140.754 e R\$ 117.530 em 2017. O imposto de renda e a contribuição social diferida sobre prejuízos fiscais e outras diferenças temporariamente indedutíveis não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras em virtude dos prejuízos acumulados incorridos nos últimos anos pelo IPT.

11. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	2018	2017
Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania	-	948
Fundação de Apoio ao IPT - FIPT	407	28
Agência Nacional de Petróleo	133	501
Outros	897	679
	1.437	2.156

12. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS - AGÊNCIAS DE FOMENTO

	2018	2017
BNDES	161	925
FEHIDRO	702	429
FINEP	3.213	7.247
CNPQ	126	126
EMBRAPII	50	50
Outros	8.575	8.272
	12.827	17.049

13. PARCELAMENTOS FISCAIS (Não Circulante)

Os débitos que compõem o saldo do parcelamento estão demonstrados como segue:

	ISS	IPTU	TOTAL
Saldo em 31/12/2017	17.155	2.077	19.232
Saldo em 31/12/2018	13.366	1.430	14.796

(a) Em 16 de outubro de 2017 o IPT optou pela inclusão da integralidade dos débitos do IPTU inscritos em execução fiscal, relativos aos exercícios 1996 a 1999 no PPI - Programa de parcelamento Incentivado-Lei 16.680/17, mediante o pagamento da dívida em 120 (cento e vinte) parcelas.

(b) Em 24 de outubro de 2017 o IPT optou pela inclusão da integralidade dos débitos de ISS inscritos em execução fiscal, relativos aos exercícios 2006 a 2008 e 2011 no PPI - Programa de parcelamento Incentivado-Lei 16.680/17, mediante o pagamento da dívida em 120 (cento e vinte) parcelas.

14. OUTRAS EXIGIBILIDADES - RECEITA DE DOAÇÃO - AGÊNCIA DE FOMENTO.

Está sendo mencionado nesta nota explicativa, às particularidades atinentes às transações contábeis das doações e subvenções feitas pelas Agências de Fomento (a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, o Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES, entre outras instituições), para o incentivo e o desenvolvimento de projetos de P,D&I, mediante a celebração de parcerias, convênios, termos de cooperação e instrumentos congêneres com o Instituto.

Nesta linha do Balanço Patrimonial estão contabilizados os valores pertencentes aos Ativos recebidos em Doação, que com o tempo sofrerão a depreciação registrada a débito desta conta amortizando o valor principal do bem recebido em doação.

A linha de Subvenções Governamentais - Agências de Fomento (Passivo Circulante) está intrinsecamente relacionada com a linha de Outras Exigibilidades (Passivo Não Circulante).

O roteiro específico contábil das mencionadas doações e subvenções, que seguem os ditames da Lei federal nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, a qual determina a respectiva contabilização diretamente como receita no resultado, na seguinte conformidade: no caso de recebimento de equipamentos (imobilizado depreciável), mesmo que já sob sua propriedade, por ter cumprido todas as condições, a Companhia não poderá reconhecer a receita imediatamente no resultado, tendo em vista que eles provocarão depreciações no futuro. Assim, a apropriação à receita dar-se-á paulatinamente, na medida em que forem sendo efetuadas as depreciações de tais ativos. Esse crédito ao resultado poderá ser feito na forma de receita ou mesmo como redução de despesas de depreciação.

Na medida em que os Projetos de Fomento vão sendo finalizados e os itens comprados com recursos dessa origem, no afã de ingressarem como ativo imobilizado, referidos bens são doados ao IPT, seguindo-se o roteiro de contabilização no grupo do Balanço de Outras Exigibilidades - Valores a Apropriar - Agências de Fomento, em contrapartida do aumento do Ativo Imobilizado, tendo em vista que o Instituto não se valeu de recursos próprios para a aquisição de tais bens, os quais, repise-se, não poderão ser registrados como uma Receita de Doação, de acordo com a Lei federal nº 11.638/07.

Partindo-se do pressuposto de que estes valores contidos na linha de Outras Exigibilidades não representam dívidas assumidas pelo IPT, as análises dos índices financeiros devem ser consideradas de forma segregada desses valores.

15. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

O IPT é parte em ações judiciais e processos perante tribunais de naturezas trabalhistas, civis e tributárias decorrente do curso normal de seus negócios.

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e são quantificadas por meio de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

A administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais conforme apresentado a seguir:

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Em Milhares de Reais - R\$

a) Composição	2018	2017
Trabalhistas (1)	10.231	5.904
Cíveis (1)	1.487	2.431
	11.718	8.335

(1) Cíveis e Trabalhistas referem-se a riscos para os quais a Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, entende ser provável o desfecho desfavorável ao IPT.

b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O IPT é parte em ações judiciais de natureza trabalhista envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2018	2017
Trabalhistas	1.048	1.523
Cíveis	7.490	3.630
	8.538	5.153

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital Social:** O Capital Social subscrito e integralizado é composto de 28.622.893.810 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) **Reservas de Capital:** Decorrente de doações e/ou subvenções para investimento devendo ser utilizada para aumento de capital.

c) **Recurso para Aumento de Capital:** Aporte financeiro por parte do Governo do Estado de São Paulo para futuro aumento do Capital Social.

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o exercício de 2019, foi aprovado pelo Governo do Estado de São Paulo, Dotação Orçamentária no montante de R\$ 89.936 para Custeio, conforme aprovado na Lei do Orçamento do Estado de São Paulo nº 16.923 de 07 de janeiro de 2019.

18. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018, existe cobertura de seguros contra incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça, dos prédios do Instituto, com vencimento em 05 de dezembro de 2019, de valor considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais sinistros.

19. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS (IFRS) CONTÁBEIS E REFLEXOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

O IPT observou integralmente as Normas Contábeis Brasileiras e já se adequou às Normas Internacionais, inclusive dos CPC'S - Comitês de Pronunciamentos Contábeis.

CPC 01 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

• Testamos a recuperação dos bens tangíveis do ativo imobilizado, de acordo com o CPC 01, procedendo com os ajustes necessários em atendimento e observação desta norma.

CPC 03 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

• Desde a vigência da Lei 11.638/07 o IPT tem adotado essa demonstração.

CPC 12 - AJUSTE A VALOR PRESENTE

• O prazo médio das rubricas contas a receber e fornecedores é inferior a 90 dias e os preços praticados para seus efeitos, não possuem juros embutidos, desse modo, não existe atividade de financiamento de natureza monetária, não sendo necessário o ajuste a valor presente.

CPC 16 - ESTOQUES

• Os estoques são registrados pelo seu valor original, não havendo indicação que os valores sejam superiores aos de realização.

CPC 25 - PROVISÕES, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

• As provisões estão em conformidade a esse pronunciamento, conforme nota explicativa nº 15.

CPC 26 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

• Desde o exercício de 2010 foram implementadas as adequações previstas por este CPC, expressas no Balanço Patrimonial, na Demonstração de Resultado, na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

CPC 27 - ATIVO IMOBILIZADO

• O IPT optou por não avaliar seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, conforme opção prevista no CPC 27 e ICPC 10, considerando o método de custo, deduzido da depreciação e eventual previsão para perdas (Impairment Test - CPC 01), como o melhor método para avaliar os ativos imobilizados. As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos, que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. A aplicação desses pronunciamentos técnicos não trouxe impactos significativos para o IPT, não sendo necessários quaisquer ajustes.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório da Auditoria

A administração do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2017, cujos valores estão apresentados para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 16 de fevereiro de 2018 com opinião sem ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia desses controles internos.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2019

SGA AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP-027839/O-9

SIDNEI GOMES DE AVELAR
Contador CRC 1SP-219997/O-1

IMAIARY DE SOUZA PINTO
Contadora CRC 1SP-313772/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Fiscal do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, à vista do Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras emitido pela SGA AUDITORES INDEPENDENTES - EPP de 01 de fevereiro de 2019, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria

aplicáveis no Brasil. O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, que aprovam e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa.

São Paulo, 08 de março de 2019

Eliana Guarnieri
Conselheira
Leonardo Maurício Colombini Lima
Conselheiro
Carla Domingues Costa
Conselheira
Eduardo Henrique de Azevedo
Conselheiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcos Vinicius de Souza
Presidente do Conselho

Américo Ceiki Sakamoto Conselheiro	João Fernando Gomes de Oliveira Conselheiro
Benedito Marques Ballouk Filho Conselheiro	Luiz Antônio Meirelles da Silva Conselheiro
Fernando José Gomes Landgraf Conselheiro	Ros Mari Zenha Conselheira
Jefferson de Oliveira Gomes Conselheiro	William Pereira Pinto Conselheiro independente e Coordenador do Comitê de Auditoria

DIRETORIA

JEFFERSON DE OLIVEIRA GOMES
Diretor Presidente

FLÁVIA GUTIERREZ MOTTA
Diretora Financeira e Administrativa

MÁRIO BOCCALINI JÚNIOR
Diretor de Operações

DANTE PINHEIRO MARTINELLI
Diretor de Pessoas e Sistemas

ZEHBOUR PANOSSIAN
Diretora de Inovação e Negócios

FRANCISCO SOUTO OUTEDA
Contador - CRC 1SP154222/O-1



INSTITUTO DE
PESQUISAS
TECNOLÓGICAS

